

ANA DRAGO  
CARLOS SANTOS  
FERNANDO ROSAS  
FRANCISCO LOUÇÃ  
HELENA PINTO  
JOÃO TEIXEIRA LOPES  
JORGE COSTA  
JOSÉ CASIMIRO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
LUÍS FAZENDA  
MARIA JOSÉ MAGALHÃES  
MIGUEL PORTAS

**Ensaio geral**

Passado e futuro do 25 de Abril

DO ATLANTISMO  
AO EUROPEÍSMO DE ESQUERDA

*Miguel Portas\**

*José Manuel Pureza\*\**

\* Jornalista e economista.

\*\* Professor universitário.

A memória longínqua de uma pátria  
eterna mas perdida e não sabemos  
se é passado ou futuro onde a perderemos

*(Sophia de Mello Breyner)*

Estas linhas a duas mãos, mais do que um curto ensaio, são uma narrativa de memória abreviada. Ela sustenta que a relação de Portugal com a Europa, longe de uma história de amor, é um casamento de interesse que sucedeu a um divórcio tardio e mal resolvido com as colónias. Como se um fado perseguisse esta nação que um dia se atrasou no Tempo e dele ficou refém. Até hoje.

### **Portugal entra na europa pela direita baixa, ou seja, pelo Atlântico**

A relação do fascismo português com a construção europeia do segundo pós-guerra não foi um acto de qualquer súbita fé europeísta, ou sequer a revelação de um apurado sentido estratégico das nossas classes dirigentes. O Portugal antidemocrático que foi convidado a ser membro fundador da Nato em 1949 e que entra na defunta EFTA em 1959, é um país que joga à defesa no rescaldo de uma guerra que redesenhou o mapa-mundo sobre a morte de 20 milhões de inocentes.

Na sequência desta, o acolhimento do Portugal salazarista em instituições euro-atlânticas supostamente vocacionadas para a defesa supranacional de um código democrático foi, evidentemente, uma piada de mau gosto. Neste primeiro *rendez-vous* do ditador com a «Europa» jogam-se, dos dois lados, finos cálculos. O contexto em que ocorre é já o da Guerra Fria. Salazar quer a cobertura dos vencedores para a manutenção do império colonial e um enquadramento internacional protector da ordem ditatorial interna. A sua jóia para a nova arrumação mundial das forças é uma pequena metrópole anticomunista na Europa, com vastos territórios em África e uma base preciosa para o controlo do Atlântico norte, os Açores. Do outro lado, o dote interessa. Interessa o bastante para que a promessa democrática do pós-guerra seja metida na gaveta do esquecimento. O regime português é tributário dos que perderam a guerra, mas isso é um pormenor no novo contexto. Porque o verdadeiro problema era mesmo o quadro saído da II Grande Guerra.

A União Soviética emerge com um prestígio sem par. A nação que pagou o mais alto preço, que foi o palco onde a guerra virou e que em Berlim assesta o golpe final no inimigo, jamais voltaria a alcançar tal reconhecimento.

O prestígio dos comunistas na Europa devastada sobe igualmente em flecha. Em regra, eles estiveram na primeira linha das múltiplas resistências armadas à ocupação nazi e, nesse processo, «nacionalizaram-se». Ou seja, enraizaram-se entre os operários e os intelectuais dos respectivos países. Em vários países, eles conquistaram legitimidade para integrar os primeiros governos de reconstrução.

Finalmente, mas não menos importante, o rescaldo da guerra trazia a pior das notícias para as velhas ordens imperiais: o dobre de finados do colonialismo puro e duro. Uma multidão de novos países anunciava a sua firme intenção de existir.

Neste panorama, o contraponto eram os Estados Unidos da América. A sua entrada no conflito desequilibra a máquina de guerra nazi, obrigando-a ao combate simultâneo em todas as frentes. O principal, contudo, era a geografia. Não houve guerra na América do Norte. No rescaldo, os EUA surgem como a única grande

nação em condições de, simultaneamente, proteger a Europa do espectro do comunismo e financiar a sua segunda reconstrução no espaço de 25 anos.

Neste contexto, os acordos de Ialta limitaram os danos sem trançarem, *de per si*, a História. A URSS ganhava uma fronteira eslava alargada em troca do bloqueio à ascensão dos partidos comunistas ao poder político nos países da Europa ocidental. E a Europa ocidental reconstruir-se-ia na esfera de influência dos EUA. O resto, o chamado Terceiro Mundo, escrever-se-ia como tivesse que ser escrito. Mas friamente, sem que uma nova guerra global trouxesse de volta o inferno. As potências vencedoras eram, na recém-criada ONU, o garante desta nascente ordem bipolar.

Cada um vê o mundo de acordo com a cadeira onde se senta e Salazar era um ditador avisado. Também ele queria fria a política. Descortina os novos alinhamentos e tendências e, provavelmente, pressente a tensão que se desenha já, indisfarçável, entre os diferentes líderes europeus, uns firmemente atlântistas, outros sonhando com uma Europa capaz de caminhar pelos seus próprios pés a partir da aliança selada entre a França e a Alemanha. Na nova ordem, Salazar prefere a velha Inglaterra, valor seguro do conservadorismo, e os EUA porque não pode deixar de ser. Ele aproxima-se da Europa pelo Atlântico, porque marítimo é, além do mais, o império que dirige. Em nada deste primeiro acto, há grama de ideia europeia. Portugal é atlântico e africano. Europeu só de empréstimo, quem se equivoca é a geografia.

## Colonizadores e colonizados

A tensão entre atlântistas e europeístas atravessa, já nos inícios da década de 70, a reflexão sobre aquilo a que Boaventura Sousa Santos chamou a renegociação do estatuto semiperiférico da sociedade portuguesa. Com efeito, a economia portuguesa tinha-se progressivamente aberto ao exterior. Quando em 1972, Portugal formaliza um acordo de associação com a então CEE, mais não faz do que reconhecer essa realidade e garantir a sua projecção para o futuro.

A nossa industrialização, apesar de tardia e subsidiária, tinha incorporado no tecido industrial actividades em novos sectores (naval, mecânico e eléctrico, sobretudo) ao lado dos tradicionais «excessos de especialização» no têxtil, vestuário e calçado. Esta alteração veio de par com a consolidação de uma mão cheia, não mais, de grupos simultaneamente industriais e financeiros gozando das mais elevadas protecções do Estado. Encontramo-nos ante história económica conhecida, mas que coexistia com uma outra, bem mais antiga e não menos monopolista, que dirigia as suas atenções para as relações entre as colónias e a metrópole e para a intermediação com os grupos económicos multinacionais interessados na extracção de matérias-primas em África. Esta identidade rentista da economia portuguesa, explica muito, talvez o essencial, do atraso nacional. «Viver dos rendimentos», eis a divisa sagrada dos que, ao longo de séculos, sangraram as colónias e empobreceram o país, adiando sempre e sempre a sua industrialização.

A expansão ibérica de quinhentos teve dimensão épica bastante para ser cantada n'Os *Lusíadas* e importância suficiente para deslocar o centro de gravidade do «mundo conhecido» – do Mediterrâneo para as novas potências atlânticas. Mas no caso português tal aventura, prisioneira da contra-reforma e de um absolutismo que funcionalizou a burguesia nascente, dificilmente podia ir além de uma colonização de costa que privou a metrópole das suas mais dinâmicas energias. *De per si*, cada uma destas restrições não teria provocado a catástrofe. Mas em conjunto foram a catástrofe. No início de oitocentos, Portugal é uma metrópole que vive do ouro do Brasil e que parasita as vontades que espalhara pelos quatro continentes.

É nessa altura que assina o mais fatal dos seus destinos – o tratado de Methuen. Este documento seria utilizado mais tarde por David Ricardo em abono da tese clássica, segundo a qual as nações têm vantagem em especializar-se nos domínios onde apresentem melhor competitividade comparada. Matematicamente, a teoria das vantagens comparativas batia certo. Na realidade, tal opção tranca-va por mais de 200 anos a industrialização do nosso país. Quando no século XIX, em corrida contra o tempo, exploradores portugue-

melhorar a posição portuguesa nas discussões do mapa cor-de-rosa, era a realidade de um país comercial, rentista, intermediário e já sem o ouro do Brasil, que se procurava enganar. Nesse mesmo período, em Moçambique, pedaços de território do tamanho de países eram entregues por períodos de décadas a sociedades inglesas mais ou menos falidas, do mesmo modo que mais tarde as riquezas minerais e petrolíferas de Angola iriam parar às mãos das companhias multinacionais. Quanto à metrópole, a sua independência face a Inglaterra há muito se tinha esfumado. Nós tínhamos o vinho do Porto, eles a transformação industrial do algodão das Índias...

A opção atlântica de Salazar não comportava, já se vê, qualquer novidade de monta – ela apenas prolongava para a segunda metade do século XX uma História de colonização e dependência que lhe era bem anterior. Salazar era, ao mesmo tempo, produto e motor de uma cultura atávica e conservadora que sempre compensara a sua pequenez de vistas com a «grandeza ultramarina».

Esta cultura, que por comodidade diremos de fundo luso-tropical, impôs a sua congénita suspeição diante dos projectos europeus iniciados com a Comunidade do carvão e do aço e, conseqüentemente, insistiu sempre num alinhamento privilegiado com os teatros euro-atlânticos, designadamente a NATO.

O acordo de associação com a CEE, esse segundo *rendez-vous* entre o país e a Europa, é ainda um empate. Mais do que dar razão aos industrialistas não dependentes do império, esse acto ilumina a grande contradição em que o país se encontrava mergulhado nas vésperas do 25 de Abril: para usar uma expressão cara a Mário Murteira, nação e império eram portadores de interesses inconciliáveis. As colónias e a guerra amarravam o país ao subdesenvolvimento crónico.

## O socialismo português, prisioneiro do destino atlântico

As invasões francesas trouxeram o liberalismo na ponta das baionetas e estas foram o seu único senão. Por causa daquelas, a primeira esquerda portuguesa, a do século XIX, vai nascer com os olhos

postos em França. Ela descobre na Revolução Francesa primeiro e na Comuna depois, os ingredientes de que o país precisa para se sintonizar com o seu tempo. Essa primeira esquerda socialista atira-se corajosamente à análise das causas do declínio da Nação. Mas, diferentemente de outras no mesmo período, será «estrangeirada». O seu diagnóstico tem pertinência e acutilância, mas nem o proletariado emergente, nem a República burguesa o terão em devida conta.

A República será radicalmente laica, mais antioperária que democrática e imperial sem reservas. A sua visão do mundo é atlântica, como atlântica será a oposição liberal à ditadura. A sua preocupação com as colónias é «desenvolvimentista». Carregada de boas intenções, deseja criar as condições sociais e educativas que «preparem» as populações africanas para uma comunidade multinacional democrática. Nada de substancialmente distinto do que António Spínola procurou ensaiar na Guiné e em seguida verteu para livro nas vésperas da revolução e que, em desespero, procurou ainda impor nos idos de 74.

A Europa como «farol» do país (re)emerge tardiamente, em resultado da imigração social e política da década de sessenta. Mas o renascimento do socialismo português, atraído pelo contrato social europeu é, ao mesmo tempo, filho do velho liberalismo e de um mundo bipolar. O seu europeísmo é limitado pela primeira dependência, a liberal, que recomendava prudência na abordagem da questão colonial, não fosse ela diminuir as pontes com sectores descontentes internos ao regime; e a segunda limitação, a da ordem das coisas, a *realpolitik*, chegava à mesma consequência por outro caminho: uma verdadeira descolonização levantava o pavor de uma alteração no equilíbrio entre os dois blocos, favorável à URSS. Pelas piores razões – que se reflectiriam mais tarde no processo de descolonização – o socialismo português de 60, mais do que europeísta, será euro-atlântico. Ainda hoje assim o é em larga medida.

O modo como a revolução se desenvolveu não ajudou a desfazer o equívoco, bem pelo contrário. É evidente que os governos do ocidente europeu olhavam para o país com pelo menos tanta preocupação como a administração norte-americana. E as suas chancelarias fizeram o que puderam para influenciar o curso dos

acontecimentos. Mas quem, de fora, verdadeiramente contava era Frank Carlucci.

No combate à radicalização socialista da revolução, o PS decide liderar toda a oposição. Não há lugar para subtilezas e a CEE é então uma subtileza. Todo o sentido político da confrontação se fixa na defesa de uma democracia à ocidental e num posicionamento ocidental. O PS fazia a ponte da sua vida com as antigas classes dirigentes, as que sempre se deram bem com a ditadura, e o suporte dessa aliança era simplesmente o ocidente, não o alinhamento europeu. O seguro de vida dos apavorados não era a CEE, mas a Nato. No contexto preciso dos enfrentamentos de 75, o valor de mercado da social-democracia à europeia não estava em alta. Pelo menos estava longe de se poder afirmar como força propulsora de um país convulso e finalmente sem império. Para a esquerda revolucionária era de menos; para a direita do antigamente era de mais.

Quando, 10 anos mais tarde, Portugal adere finalmente à CEE, naquela que é seguramente a sua mais importante escolha desde Abril de 74, as suas razões têm ainda uma matriz predominantemente anticomunista. O pedido de adesão, formalizado em 1977, foi um acto de «guerra fria» e não uma paixão de recente descoberta. Ele destinava-se a, definitivamente, encontrar a inserção externa que travasse uma configuração revolucionária do Estado, quando as forças internas não ofereciam garantias absolutas de serem suficientes, ou suficientemente convictas, para isso.

Os pais da nossa adesão à Comunidade Europeia nunca o esconderam: quando se brande, em finais de setenta, a célebre «Europa conosco», era ainda a esse arregimentar de forças que se apelava, mais do que a um projecto político para debater democrática e serenamente.

Talvez Portugal tenha experimentado tardiamente o segredo de Monnet, Schuman e outros antecipadores da integração europeia: que as grandes escolhas estratégicas não se anunciam, antes se edificam através de actos norteados por ambição limitada, que acabam por transbordar nos efeitos pretendidos, atingindo proporções à época impensáveis. Talvez. Talvez neste caso, o bloco restauracionista tenha escrito direito por linhas tortas.

Este terceiro *rendez-vous* é, finalmente, o decisivo. Tem a carga simbólica de um casamento. Não o casamento acto de fé ou de resgate amoroso, mas um contrato de oportunidade. Nele convergem, simultaneamente, o enterro das veleidades revolucionárias, a esper-teza de séculos de uma economia de rendimento e, vagamente, dois desenhos de Europa que se tornarão mais nítidos após a queda do muro de Berlim – uma, euro-atlântica; e outra que procura emancipar-se da tutela dos EUA. Mas não nos antecipemos, que outra digressão se impõe antes desta.

### As raízes do nacionalismo de esquerda

Ainda hoje muitas pessoas se interrogam como conseguiu o mais «pró-soviético» dos partidos comunistas – o português – sobreviver ao fim da União Soviética e, comparativamente, resistir à erosão melhor do que a maioria dos seus congéneres europeus.

Basta olhar em redor: o maior partido comunista europeu, o italiano, cindiu-se. A maioria deu origem a um partido socialista e a minoria que hoje reclama o património histórico do antigo PCI é, na realidade, uma formação pós-comunista atípica, com vasta influência nos novos movimentos sociais, mas escasso peso eleitoral. Em França, o segundo grande partido comunista do ocidente europeu encontra-se à beira do esvaimento eleitoral depois de ter perdido a hegemonia sobre o movimento sindical e associativo; em Espanha o quadro não é mais promissor. O PCE animou uma nova formação, a Izquierda Unida, que voltou a cair para níveis críticos, próximos dos da sobrevivência eleitoral em marco parlamentar depois de perder, também ele, a hegemonia de que gozava nas *comisiones obreras*. E sobra a Grécia, onde dois partidos disputam há muito um espaço de influência que lentamente se vem reduzindo. Se existisse ainda uma Internacional Comunista, o PCP poderia apresentar uma invejável *performance* comparada.

A explicação mais comum para esta assinalável capacidade de sobrevivência é a que radica a resposta no atraso do país. Evidente,

sustenta que o desaparecimento do PCP está escrito nos astros e que será consequência inevitável da superação do nosso subdesenvolvimento. É uma convicção que assenta em dois pressupostos mais do que discutíveis: um, que os homens não contam e que, portanto, o PCP é imutável; e dois, que Portugal, entrado na senda do «progresso», jamais se afastaria desse destino...

E contudo, por outros caminhos, a resposta contém mais verdade do que à primeira vista se poderia supor. O PCP sobreviveu ao descalabro do Leste porque nas décadas de 40 e 50 se construiu como partido nacional da resistência à ditadura. Paradoxalmente, o seu isolamento internacional, mais acentuado ainda do que o do próprio país, foi a garantia de uma identidade simultaneamente nacional e internacionalista (esta de acordo com o mundo bipolar que então se desenhava). Decididamente, era mais fácil ser-se pró-soviético longe do «sol da terra» do que sendo-se seu vizinho. Quando metade do mundo começa a desabar, há 20 anos, o PCP tinha ainda reservas de identidade e características de funcionamento a que, diferentemente de outros, pôde recorrer. A sua cultura de resistência, se não impediu a emergência de uma crise prolongada, poupou-o à implosão ou à aventura, indesejada pelos seus dirigentes, de uma refundação.

Esta digressão impunha-se, porque é ela que permite compreender porque passou grande parte da esquerda portuguesa à margem desse «intruso» chamado Europa. E porque é que o seu marco de reflexão estratégica foi sempre mais atlântico do que europeu.

Só em meados da década de 50, no congresso do «desvio de direita», o PCP chega a uma conclusão anticolonial clara, explicitamente favorável à «independência dos povos das colónias». Foi uma posição tardia, explicável quer pelo isolamento de uma clandestinidade inteiramente construída no interior do país até ao fim da guerra, quer pela estratégia de aliança com os sectores moderados. Mas convém referir que este é, também, o primeiro dos congressos claramente sintonizado com Moscovo. A definição anticolonial era, também por isso, inadiável – dezenas de países conquistavam a independência e o Mundo encontrava-se, então, a dois anos da fundação do movimento das nações unidas. De qualquer lado, à Jui-

são também não é estranho o facto de nas universidades portuguesas estudarem as elites africanas do colonialismo que viriam a fundar os movimentos de libertação. Muitos deles eram próximos do PCP e frequentavam os círculos da oposição.

Relevante é que este passo obrigou o PCP a imaginar o país sem império, sob pena de entregar a Salazar o monopólio da própria ideia de Nação. A esta tarefa se dedicou Álvaro Cunhal que em 1964 publica o seu texto fundamental, *Rumo à Vitória*. Não por acaso, o livro inicia-se pela tentativa de demonstrar a mais difícil e necessária das teses – que Portugal sem colónias não seria «um país pobre». O Portugal do dirigente histórico dos comunistas portugueses é, por isso, como a sua revolução – democrático e auto-suficiente, aut centrado.

Diversamente dos seus congéneres italianos, que desde cedo concebem o processo de transformação social em marco assumidamente europeu – esse o sentido profundo do chamado «compromisso histórico» – o PCP sustenta a revolução como levantamento e renascimento nacionais. Não apenas os socialistas, mas também os comunistas são um reflexo da geografia: a que fazia de Portugal o país mais periférico e isolado do continente europeu; e a que dividia o mundo em dois blocos, um a ocidente, outro a oriente. Longe do horizonte onde os céus cantavam, próxima, demasiadamente próxima do arqu-inimigo imperialista, e receosa do vizinho terrestre, a Espanha, a revolução portuguesa, na cabeça dos comunistas portugueses, só podia sair nacional.

E saiu mesmo: democrática e nacional.

Desde logo foi revolução e não uma transição pacífica controlada pelas classes dirigentes, como em Espanha. Terá razão José Saramago quando um dia escreveu que o resultado acabou por ser o mesmo, mas à época a diferença fazia toda a diferença. E se foi revolução – e não transição – foi porque o país se debatia com uma guerra colonial.

Depois, foi nacional. É verdade que não foram apenas Portugal e a Espanha que viram, em 1974 e 1975, a queda das suas ditaduras. Foi também a Grécia. E o Irão de Reza Palhevi. E a Guiné e Cabo

consagraram a vitória do Vietname sobre a máquina de guerra norte-americana e depois do «empate técnico» entre Israel e os países árabes nas confrontações militares de 1973, a História desses idos de 74 e 75 soprava contra o imperialismo. Mas este contexto em nada tocou o dado essencial que para o efeito desta narrativa conta: a Europa não fazia parte do filme que corria aceleradamente em Portugal. O palco da revolução portuguesa era o país, e os seus bastidores o Atlântico.

Os primeiros enfrentamentos entre os militares progressistas e o bloco conservador de António Spínola com a cobertura de Mário Soares (hoje injustamente acusado pela direita mais reaccionária de ser o grande responsável pela descolonização) é a questão da independência das colónias. O bloco progressista, antes de saber para onde poderia ir, queria libertar-se do império. O Atlântico dominava assim os termos do primeiro conflito. Como pairou, como uma sombra, sobre o segundo, em torno da transformação socialista da revolução democrática.

O segundo embate é substancialmente mais complexo do que o primeiro e não cabe nestas linhas a sua discussão. Mas não erraremos, se dissermos que a inserção internacional de um Portugal confinado ao seu território original, não se encontrava entre os factores que determinaram, na esquerda de *vontade* socialista, fracturas irreparáveis.

Os militares dos nove, em particular Melo Antunes, desejavam um país de relacionamento internacional alargado, privilegiando as relações com o Terceiro Mundo e, em particular, com as antigas colónias. As áreas de esquerda socialista que gravitavam em redor do grupo de Jorge Sampaio alinhavam nessa visão e a janela que abriam para a Europa era a do Mediterrâneo, tomado pelo que efectivamente é – uma ponte entre o Norte e o Sul do planeta. Também Álvaro Cunhal defendia uma política multilateral «não alinhada». O seu realismo não o fazia sonhar com um país satelitizado pela URSS. No extremo mais ocidental da Europa, não havia como, mesmo que o pudesse desejar. Finalmente, a extrema-esquerda tinha, neste preciso domínio, muito pouco para dizer – a mais conselheira era «terceiro-mundista», o maoísmo oscilava na táctica em função do modo como cada grupo valorizava os «dois imperialismos» e o trostkismo

– a única corrente assumidamente europeísta e iberista – contava muito pouco nas escolhas que se faziam.

A predominância de uma identidade de tipo nacional nas esquerdas transformadoras tem a sua prova dos nove durante os meses do último governo à esquerda que Portugal teve – o de Maria de Lurdes Pintasilgo. Então, o modelo económico que se discute é o de um desenvolvimento autocentrado, onde o motor é o mercado interno e não o sector exportador. E por esta mesma onda navega o PCP, então já refeito do fim da revolução e no auge da sua influência eleitoral.

Decididamente, quando Portugal concretiza a sua adesão à então CEE, ela entra na casa das várias esquerdas socialistas como as novelas brasileiras: sem pedir licença. Aconteceu e ninguém estava preparado.

### **A miragem luso-tropicalista, uma ideologia do destino**

Neste momento, estamos em condições de poder formular a primeira hipótese desta narrativa: tanto à esquerda como à direita, o apelo do Atlântico foi, até aos anos 80 – em versão nostálgica e obediente ou na sua variante internacionalista – mais forte do que a vontade de ruptura com a especificidade do nosso modo de sermos semiperiféricos, herdado do colonialismo. Se há pouco tomámos de empréstimo a Gilberto Freire o conceito de «luso-tropicalismo» é porque na nossa opção atlântica há uma dimensão africana que, mesmo inconscientemente, faz apelo a uma autopresumida capacidade lusa para entender o «outro» e com ele se misturar, que distinguiria o nosso colonialismo dos restantes.

Durante cinco séculos, nunca foi bem assim. Mas é facto que as colónias marcaram e de que maneira a nossa existência colectiva. Tanto ou tão pouco que a partir das últimas décadas do século XIX, Portugal é um país simultaneamente colonizador e colonizado. Em consequência, as práticas sociais, a cultura e a ideologia consolidadas ao longo de cinco séculos eram demasiado fortes para se poderem esfumar subitamente – tão subitamente como ocorreu o fim da

O vazio aberto em 1975 pela descolonização levou a uma busca de alternativas onde, à esquerda e à direita, todos evitaram que se colocasse num quadro radical. O modo como o luso-tropicalismo sobreviveu à descolonização representou, paradoxalmente, o adiamento de uma ruptura clara com o histórico alinhamento atlântico de Portugal.

Chamemos-lhe, porque a questão não está arrumada ainda hoje, a *ideologia do destino*. Grosso modo, ela foi construída com referência a um nicho de especialização do país – sob as mais variadas formas: empresarial, militar, militante ou técnico-científica – que se alimenta da continuidade de uma «relação privilegiada» com as ex-colónias. Nesse sentido, a retórica da «lusofonia» arrisca-se hoje a ser uma revivescência da ideologia do destino, uma espécie de francofonia ou *commonwealth* sem poder, que se auto-apresenta, mesmo que inconfessadamente, como um paternalismo, ou seja, um colonialismo benigno *après la lettre*.

Neste sentido, há algo de perversamente comum entre o sonho federador de Spínola e alguns dos desenhos pós-coloniais anunciados, à esquerda, como possíveis alternativas à integração na comunidade europeia. Portugal é um país pequeno, mas a sua História pesa que se farta.

### **E a opção europeia como ideologia da modernização**

Na realidade, Portugal não tinha alternativa. Por uma vez, o bloco central da restauração capitalista pós-revolucionária era certo na escolha. A miragem de um desenvolvimento autocentrado assente em relações preferenciais com as antigas colónias, só era concebível transitoriamente num contexto de convulsão da ordem mundial e europeia, o que manifestamente não era o caso na reacionária década de 80. De outro modo, mesmo um Portugal empenhado numa via não capitalista de desenvolvimento, estaria condenado a prolongar um modelo de acumulação assente na velha e persistente intermediação da troca desigual entre os produtores de matérias-primas e os seus utilizadores.

Portanto, a Europa.

Socialistas e sociais-democratas negociam a adesão, que se consuma em 1985. Uma mão cheia de expectativas envolve a maioria da sociedade portuguesa. A Europa significa dinheiro, fundos, mas também uma vasta gama de desejos. As esperanças são tanto maiores quanto o país está cansado de sucessivos governos de bloco central e de uma inflação galopante.

Encontram-se assim reunidas todas as condições para a emergência de uma nova ideologia, a da *modernização*. Ela construir-se-á sobre uma miragem, a possibilidade de aproximação rápida de Portugal aos países centrais da Europa o que, em jargão eurocrata, se definiria por uma promessa de «convergência real». A declinação deste «desígnio nacional» é múltipla e todos os sonhos, dos mais modestos aos mais ambiciosos, lá cabem: da melhoria das condições materiais de vida à transformação da apatia cívica em activismo de direitos; do fim da opacidade e do carácter labiríntico da administração à transparência dos mecanismos reguladores da economia; do fim da selvajaria na restauração dos antigos privilégios ao estabelecimento de formas tipicamente «welfare» de relação salarial – tudo é lícito esperar. Neste desejo difuso de colocar para trás das costas as dificuldades, o que se joga na promessa europeia é também a superação definitiva de um ruralismo ainda mal habituado a ver-se cidade, urbano, cosmopolita, moderno.

O momento máximo desta identificação de Portugal com a Europa foi, sem margens para dúvidas, a Expo e o seu Parque das Nações. No imaginário colectivo, Portugal foi, pela primeira vez, «capaz-de-fazer-tão-bem-como-os-melhores». Ali não existia o que mais tarde se revelaria – Castelo de Paiva – mas asseio e tecnologia; não morava o Portugal dos Pequeninos, mas o Oceanário e o Pavilhão do Conhecimento; e até o vetusto e centenário Coliseu cedia o seu lugar ao mega Pavilhão Atlântico. Aquilo sim, era Portugal na Europa. Ou esta por cá. Ali estava, antecipado, o país dos desejos – moderno, funcional e culto.

No dia seguinte começava a trajectória descendente. Desde esse pico de fama que a força propulsora do famigerado desígnio se vem dramaticamente esvaindo. Até hoje. As linhas que se seguem são por

isso uma tentativa de explicação. De uma primeira explicação, não exaustiva e seguramente equivocada aqui ou ali.

### O «pugueso» ou a apropriação conservadora da miragem

Apesar de difusos e plurais, os desejos espelhados na adesão teriam que se confrontar com uma Europa concreta. E essa era a Europa que virava à direita, assolada pela primeira vaga de governos neoliberais. Era ainda uma Europa de crescimento moderado, mas onde as forças conservadoras faziam o primeiro ensaio de assalto ao Contrato Social que garantira, durante décadas, a partilha dos benefícios, mesmo que não equitativa, entre capital e trabalho.

Os que negociaram a adesão não souberam nem quiseram ser os rostos de uma crítica consistente a uma Europa que encostava o seu projecto a um mercado e moeda únicas, relegando as dimensões sociais da convergência para as políticas de cada Estado nacional. Eles queriam acima de tudo entrar, fosse como fosse. Um dia se fará a história dessa negociação e como foram ou deixaram de ser protegidos os elos fracos da nossa economia.

Mas tão ou mais importante do que as condições de acesso, foi a sequência, o posicionamento negocial de Portugal, a sua influência nas instâncias de decisão técnica e política e o que fez das oportunidades criadas. Basicamente, valem zero em política e fomos o máximo na captação de fundos. O casamento era de interesse e não de paixão.

É aqui que entra a tenaz – a direita governava na Europa e também em Portugal. Não tanto a direita político-partidária, mas a cultura conservadora e restauracionista aliada ao novo-riquismo de quem se sente, repentinamente, com muito dinheiro para fazer muita coisa. O chamado «arco europeu» revelar-se-ia, independentemente dos governos serem cavaquistas ou guterristas, uma verdadeira bolsa comum de interesses pouco confessáveis.

Este bloco social e cultural impôs a Portugal uma modernização conservadora – na economia, na legislação ou nos costumes, essa

modernização permitida pelos fundos europeus dissociou-se progressivamente da retórica da imaginação. Quando da Europa se poderia esperar um impulso ao Estado de bem-estar, foi à Europa que se foi buscar legitimação para a miniaturização do Estado social na segurança social, no ensino ou na saúde; quando da Europa seria razoável esperar um reforço das garantias sociais e o respaldo a uma relação pactuada entre capital e trabalho, foi à Europa que se foi buscar a flexiliberalização das relações laborais e sociais; quando da Europa se admitiria um influxo de cosmopolitismo nos códigos civilizacionais, foi a ela que o conservadorismo nacional foi buscar argumentário para tentar travar a transformação do quotidiano em matéria de hábitos e horizontes.

No coração desta apropriação conservadora estiveram sempre os fundos europeus. A Europa significou e significa ainda dinheiro, muito dinheiro. Hoje, aliás, para a esmagadora maioria dos portugueses, a Europa é dinheiro e ponto. «Sacá-lo» transformou-se numa especialidade nacional, no único domínio onde o Estado português se apresenta efectivamente como máquina sem falha. E de facto, no curto espaço de 15 anos, o investimento em infra-estruturas, particularmente as rodoviárias, mudará radicalmente a paisagem do país. Nesta mudança de paisagem existe uma dimensão, nada negligenciável, de obra necessária. Com efeito, o nosso ponto de partida era, na década de 80, o de um país que ainda não se encontrava inteiramente electrificado e onde o saneamento básico constituía uma das principais rubricas de investimento municipal. Mas, feita esta ressalva, o que o novo ouro do Brasil permitiu foi que betão, alcatrão e Europa passassem a ser distintas declinações de uma mesma realidade – o Portugal dito moderno.

Uma certa ideia de progresso, o «pugueso», como diz um nosso comum amigo, fez o seu caminho. O país, embaçado, acreditou na mudança da paisagem. Só mais tarde se aperceberá que por detrás do novo cenário, a fragilidade ancestral de um modelo de desenvolvimento avesso à criação de riqueza produtiva prosseguia, impávido e sereno. Prosseguia, até e principalmente, a cavalo das mil obras encomendadas por autarcas e ministros em benefício dos

grandes ganhadores deste período – o sector financeiro, a construção civil e o turismo.

Passados quase 20 anos sobre a adesão, é impressionante o fosso entre o poder de financiamento da União e o que realmente mudou em Portugal, para lá das aparências. Podem e devem-se discutir os montantes que a União destina ao financiamento de projectos, nomeadamente nos países periféricos. Mas esse debate não elimina outro, o da aplicação do que captámos – onde se gastou, em que se gastou e quem beneficiou. Quando hoje é a própria União Europeia que lança o recado a Lisboa, dizendo-lhe que gastou demais em infra-estruturas, há algo de injusto por detrás da verdade – porque os programas e os critérios de selecção de projectos da burocracia de Bruxelas eram os primeiros a induzir nessa direcção. Mas também é certo que a preocupação de Lisboa sempre foi a de aproveitar as circunstâncias tal e qual elas se apresentavam, mais do que procurar influenciar e alterar as práticas das instâncias comunitárias.

Sem contar com os fundos da Política Agrícola Comum, entre 1989 e 2006, num movimento sempre ascendente, a União co-financiou ou está a financiar projectos com incentivos na ordem dos 40 mil milhões de euros. Para se ter uma ideia do que isto significa, hoje 80 por cento dos investimentos do Estado (o PIDACC) estão associados a projectos comparticipados pela União. Ou dito de outro modo: o Estado deixou de investir no que não tenha financiamento comunitário...

E onde investe? A maior rubrica continua a ser a das infra-estruturas rodoviárias. Educação, Ciência, Cultura e sociedade da informação representam menos de 1/6 do que se aplica em betão e alcatrão. E neste «imaterial» ainda é possível descortinar muito betão: tanto ou tão pouco, que hoje não existe cidade média do país que não esteja culturalmente sobre-equipada... embora com os espaços às moscas porque falta o dinheiro para alimentar o que efectivamente conta: a criatividade humana.

O que se disse para os sectores estratégicos acima referidos, aplica-se, *mutatis mutandis*, ao que a União chama de «apoio ao emprego» e que no essencial é formação profissional. Ela vale apenas 1/5

da rubrica que nos está a servir de referência, mas esse não é o principal problema. Porque com os montantes que têm sido afectados a esta política, o que não falta é formação e jovens saltando alegremente de curso em curso. Falta, isso sim, a formação que interessa, a que incide sobre os trabalhadores activos. Falta, isso sim, a formação em íntima conexão com as empresas – a formação dos trabalhadores que a conjugação entre crise e neoliberalismo vem descartando.

Finalmente, o último quadro de apoio, para o período 2000/2006 assinala um aumento significativo do peso dos chamados incentivos às empresas, que chegam quase a 40 por cento do montante afecto às infra-estruturas de transportes. Em si mesma, esta opção não é questionável. Por muito que a conversa liberal fale da transparência dos mercados e das virtudes da concorrência, toda a gente sabe que dificilmente se mudará o perfil produtivo do país sem apoios públicos. O que não se percebe é o resto, ou seja, a selecção, o controlo e a avaliação: porque continuam a existir deslocalizações e falências entre empresas que tiveram apoios e tal não é exemplarmente penalizável? Porque é que, apesar dos apoios, os mecanismos de destruição continuam a suplantar os de criação de novas empresas produtivas? E porque continua a renovação a predominar sobre a inovação e o investimento material sobre o imaterial...

Estas interrogações situam, mesmo em marco capitalista, a questão de fundo de que esta narrativa se ocupa: a persistência, agora na Europa, das três especialidades seculares da nossa burguesia durante a era colonial – a sua apetência por rendimentos «extra», agora sob a forma de fundos; uma desalmada vertigem na aplicação novorica dos excedentes, sejam eles os da exploração ou os da intermediação; e uma alarve dependência do Estado, contra quem clama mas de quem exige o «serviço público» aos interesses privados. Na Europa somos rigorosamente fiéis à cultura adquirida em séculos de atlantismo – eis o problema nacional e a raiz da nossa questão identitária actual.

Procedimento e substância andam, de facto, ligados. Todo o processo contínuo de ajustamento social, económico e político foi monopolizado pelo Estado. Em nome da defesa do interesse nacio-

nal, o Estado reservou para si a tarefa de conduzir a trajectória da inserção portuguesa na arena comunitária. Nessa atribuição, ele conformou a sociedade civil. A informação privilegiada, a escolha discricionária de parceiros para projectos, a cooptação de organizações representativas de sectores económicos e sociais, o financiamento selectivo de movimentos e entidades através do monopólio da administração dos fundos, eis os principais mecanismos de gestão dinâmica da burguesia pelo Estado. Onde são fracas as classes só pode ser forte a fraqueza do poder.

É verdade que a capacidade de atracção inicial do projecto europeu impôs indiscutivelmente uma autocentragem e obrigou o país a ver-se ao espelho não apenas nas suas glórias como nas pequenas misérias. Isso não acontecia desde o fim da revolução. Tal exame trouxe uma melhor e mais vasta percepção dos nossos atrasos. Mas a questão nodal da construção de uma identidade nacional pós-colonial, essa não pôde ser resolvida através da construção de uma realidade imaginada em que Portugal aparecia transformado em «país-europeu-como-os-outros». Porque a «realidade real» impôs a comparação e dita ainda a sua lei.

A fragilidade da promessa tornou-se ainda mais evidente ante a ausência de um discurso de Estado que veiculasse o novo «desígnio» como uma efectiva alternativa ao velho perfil da intermediação colonial. Ninguém teve coragem para tanto. No momento em que o dinheiro começava a jorrar, não era fácil sugerir a ida colectiva ao psiquiatra. Bem mais simples era emitir o sinal que o povo queria ouvir – comprem, comprem e endividem-se, que a Europa é uma estrada de sucesso garantido e eterno.

Esta imaginação-promessa de meados de 80 só podia entrar em trajectória descendente aos primeiros sinais de dificuldade. Na viragem de 80 para 90, ela anima ainda o imaginário das classes médias e das elites políticas. Cavaco Silva e a sua metáfora do «bom aluno» foram a expressão mais avançada e ao mesmo tempo mais contraditória desse período áureo. Mas em seguida, o entusiasmo transmutou-se. Primeiro em resistência – o «oásis» contra a crise que grassava lá fora...; logo a seguir em distensão desapontada no consulado de

## Nota final em registo provisório

Aqui chegados, outra narrativa se imporia antes de qualquer conclusão: a que nos conduziria pelos caminhos da construção de uma identidade europeia... e a uma excessiva dimensão deste texto. Por isso, apenas duas notas finais, com base em acontecimentos recentes:

A primeira incide na polémica em redor da inclusão, ou não, de uma referência à «tradição cristã» no preâmbulo ao Tratado que institui uma Constituição para a União Europeia. É um debate obviamente marginal em relação às matérias duras em discussão. Contudo, o seu interesse extravasa a mera vontade política dos círculos mais conservadores de inventarem uma «exigência» que justifique a sua passagem de um «eurocepticismo» congénito a uma «euroacomodação» realista. Tal «exigência», porque se reveste de natureza identitária, acaba por colocar, embora involuntariamente, o dedo na ferida: não são só os países que têm diferentes graus e tipos de identificação com a União. É esta que, enquanto construção política se apresenta com extraordinário défice de identidade. A União é um «proto-Estado» sem nação e porque se quer Estado, precisa de se inventar como nação.

Assim, a existência, ou não, de uma referência à tradição cristã acaba por se configurar como uma «polémica bizantina». Expliquemo-nos, para que não sobre sombra de pecado: desde fins do século IV, época em que o cristianismo é proclamado religião oficial do império romano, até ao cisma do século XII entre católicos e ortodoxos, todo o mediterrâneo é atravessado por intensos debates em redor da natureza de Cristo – se humana ou divina e se ambas em simultâneo ou separadamente. A derradeira polémica, a mais «bizantina», incidia precisamente sobre a admissibilidade de no rito se poder usar a expressão «filho de Deus». Ou aplicar a Maria o qualificativo de «mãe de Deus».

Esta polémica só na aparência era teológica. Numa era de intensa religiosidade popular, inevitável era exprimir em linguagem temporal a áspera e profana resistência das cidades-Estado da costa mediterrânica, com Alexandria e Antioquia à cabeça, face à vonta-

Tal como então, a polémica em redor do preâmbulo tem muito pouco de ideológica e muitíssimo de jogo de forças. É uma das dimensões em que os sectores mais conservadores da União dirimem o posicionamento mais ou menos atlantista da União. Os que sustentam tal inclusão dirigem-na contra o eixo Paris/Berlim porque pensam a Europa em termos de Atlântico. Este confronto, que a recente invasão do Iraque revelou em toda a sua dramaticidade, é ainda uma partida em aberto. Ela tem tudo a ver com a narrativa deste texto: não é por acaso que o governo português sustentou na União a posição conservadora. Neste gesto, conservadorismo e atlantismo afirmam-se como o que efectivamente são: sinónimos.

A segunda observação respeita à polémica do véu em França. O problema não era o uso do véu integral, fronteira de bilhete de identidade em qualquer sala de aulas. Nem sequer a defesa, necessária, da laicidade do Estado e do espaço público. E muito menos a visão reaccionária de que os «europeus» têm uma civilização a que os que vêm de fora se devem acomodar – teoria igualmente em voga na direita laica e nos meios muçulmanos moderados. Estava e está, isso sim, em jogo o modo multicultural de conceber a identidade nas sociedades complexas. E, explicitamente, de como abordar as questões da imigração e da integração numa perspectiva de direitos e na era do choque, não entre civilizações, mas entre fundamentalismos.

Por aqui, pela discussão da Europa como espaço civilizacional de direitos e múltiplas identidades, passa a reconfiguração de uma identidade europeia autónoma do novo Império. Essa é a discussão que interessa à esquerda portuguesa. Uma nova Europa, a da cidadania activa em luta pela Paz, nasceu nas movimentações contra a invasão do Iraque. É ela que reclama esse europeísmo de esquerda. Para nós, ele representa uma ruptura refundacional com o atlantismo – quer em Portugal, quer na Europa. Cremos ser esse o caminho que vale a pena trilhar.